



Audiência Pública discute PLC que institui a segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS)

O deputado Pepê Collaço (PP) solicitou, durante a última reunião da CCJ, uma audiência pública para essa quinta-feira (14/12) para discutir o desconto de 14% nas aposentadorias dos servidores estaduais, em vigência desde a reforma da previdência de 2021. Hoje, quem recebe até um salário mínimo contribui com a alíquota.

O deputado Fabiano da Luz (PT) apresentou o PLC 0004/2023, que propõe descontar de aposentados e pensionistas os 14% a partir de R\$7.507,48, que é o valor do atual teto do Regime Geral de Previdência (INSS). A matéria tem a mesma proposta do PLC 0037/2023, de iniciativa popular.

O PLC 0031/2023, proposto pelo Governo, é descontar 14% a partir do valor que exceda 2 salários mínimos, passando para 2,5 salários mínimos em 2025 e 3 salários mínimos em 2026. Quem receber acima desses valores, terá o desconto de 14% calculado em cima da diferença a partir dessas quantias.

O Executivo estadual também propôs a criação do SC FUTURO, um fundo de capitalização para os novos servidores que ingressarem no serviço público catarinense. O aporte, rentabilizado ao longo da vida laboral dos servidores por 30 a 35 anos, seria utilizado para o pagamento da futura aposentadoria, como ocorre nos modelos de Regimes de Previdência Complementar. Essa chamada segregação de massa está sendo rejeitada pelos segurados do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV).

Atualmente, o Regime Próprio de Previdência (RPPS) de Santa Catarina, opera integralmente sob o Regime de Repartição Simples, que depende de novos servidores contribuintes para o pagamento dos benefícios. De acordo com um cálculo do IPREV, para que esse sistema se equalize financeiramente, são necessários cinco servidores ativos contribuindo para cada inativo.

Foram convidados para audiência representantes do IPREV e dos principais sindicatos dos servidores estaduais de Santa Catarina

Audiência Pública discute PLC que institui a segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS)

Data: 14 de dezembro 2023

Hora: 14h

Onde: Plenário da Alesc

Proponente: Deputada Pepê Collaço (PP)

Requerimento aprovado na reunião da comissão de Constituição e Justiça do dia 12/12/2023

